

## COMO FORMAR PROFISSIONAIS EM ANTROPOLOGIA NA AMAZÔNIA\*

Um relato de experiência na UFPA.

Ana/Rita Pereira **ALVES**  
Departamento de Morfologia  
e História e Antropologia da  
**UFPA.**

Jane Felipe **BELTRÃO**  
Departamento de História e  
Antropologia da **UFPA.**

**RESUMO:** Trata da formação de profissionais em Antropologia, para Amazônia, a partir de cursos de especialização em Teoria Antropológica oferecidos pelo Grupo de Atividades em Antropologia, do Departamento de História e Antropologia da **UFPA**, mostrando como os cursos são estruturados, que profissionais são formados e que destino acadêmico e profissional os especialistas seguem. Apresenta a proposta de curso de Mestrado em Antropologia que atenda, basicamente, à Pan-Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** antropólogos, universidade amazônica, ensino, graduação, Pós-Graduação.

### HOW PROFESSIONALS ARE TRAINED FOR ANTHROPOLOGICAL WORK IN THE AMAZON REGION

Reporting an experience at the UFPA.

**ABSTRACT:** This report describes the preparation of professionals in anthropology to work in the Amazon region, and reports results gleaned through experience in the administration of intensive training courses in anthropological theory, offered by the Anthropology Department at the Federal University of Pará. We show how the courses are structured, the kinds of professionals trained, as well as the academic and professional paths which these graduates eventually follow. Finally, we present a formal proposal for implanting a pan-amazonic masters degree program in anthropology.

**KEY WORDS:** Anthropological training, Amazon University, teaching, Graduate, Undergraduate.

\* Trabalho apresentado e discutido durante a II Reunião Regional de Antropólogos do Norte e Nordeste realizada em Recife-Pernambuco, no período de 03 a 06 de março de 1991.

## 1 JUSTIFICANDO UMA EXPERIÊNCIA

Neste trabalho apresentamos a Pós-Graduação em Antropologia a nível de especialização na Universidade Federal do Pará-UFPA, como se encontra no momento, ao mesmo tempo em que mostramos nossas experiências ao lidar com o tema, e as projeções futuras da Pós-Graduação na UFPA.

Para se entender a estruturação das atividades de Pós-Graduação na UFPA é necessário levantar, brevemente, alguns aspectos referentes à graduação em Antropologia nesta Universidade.

Como um panorama geral do Brasil e de nossa região, podemos salientar que o contacto com a Antropologia não se dá nos currículos das escolas de 2º grau, e o estudante tem o seu primeiro encontro com a Antropologia ao ingressar na Universidade. Nas universidades brasileiras e, especialmente, na UFPA, onde não há curso regular de Antropologia a nível de graduação, o aluno, necessariamente, cursa as disciplinas antropológicas nas áreas de conhecimento onde a ciência obtém guarida.

As disciplinas antropológicas de caráter introdutório são oferecidas, obrigatoriamente, a inúmeros cursos de graduação na UFPA e a uma série de outros, como disciplinas optativas. A maior concentração de disciplinas está na Área de Ciências Humanas, principalmente nos currículos dos cursos de História, Ciências Sociais e Geografia, enquanto na Área de Ciências Biológicas a Antropologia Física é ofertada para os cursos de bacharelado e licenciatura em Ciências Biológicas. O curso que oferece maior número de disciplinas antropológicas é o de História e este número corresponde a quatro disciplinas, sendo duas obrigatórias e duas optativas. Mesmo com a entrada sistemática de Antropologia em

alguns cursos "a dificuldade maior dos futuros profissionais reside na ausência de disciplinas que propiciem conhecimentos metodológicos adequados para desenvolver trabalho antropológico" (ALVES & BELTRÃO, 1986, p. 2). Ao lado de outros componentes podemos ainda salientar que se torna difícil ao iniciante na Antropologia obter uma formação ininterrupta nesta área, uma vez que, conteúdos programáticos não se apresentam inter-relacionados, o que leva a uma inadequação teórico-prática em Antropologia<sup>1</sup>.

Os docentes de Antropologia do Departamento de História e Antropologia da UFPA, que constituem o Grupo de Atividades em Antropologia (GAA), após sucessivos debates e análises, resolveram elaborar e oferecer Curso de Especialização em Teoria Antropológica com vários objetivos. O maior objetivo da especialização é permitir aos interessados melhor formação em Antropologia, suprimindo as deficiências da graduação.

Um outro aspecto que levou o GAA à criação da Pós-Graduação "lato sensu", está relacionado com a implantação de Mestrado em Antropologia. Na Região Amazônica não temos registro de nenhum curso de Mestrado nessa área. Ao lado de outras razões para a implantação de Mestrado em Antropologia na Região Norte, questões essas que serão abordadas ao longo do trabalho, percebemos que qualquer projeto neste sentido não teria consistência se não dispuséssemos de pessoal docente e discente preparado para participar de um curso de Mestrado. Na nossa percepção e compreensão, o curso de especialização é uma estru-

<sup>1</sup> Sobre o assunto cf. CAMPOS et al (1990) que analisam exaustivamente as dificuldades encontradas na graduação dentro da UFPA, e o divórcio entre ensino e pesquisa a partir de suas experiências como bolsistas de iniciação científica.

tura que precisa ser mantida e reforçada para sustentar o Mestrado, dada a importância da existência de ambos os profissionais na Pan-Amazônia<sup>2</sup>.

## 2 DA ESTRUTURA DOS CURSOS À AVALIAÇÃO

Inexistindo no Pará curso específico de Antropologia, a nível de graduação, o GAA elaborou em 1987 um projeto/proposta de criação de curso de graduação em Antropologia, uma vez que percebeu-se entre outras razões, que fica "(...) difícil explicar como o antropólogo brasileiro recebe uma formação especializada sem ter uma formação básica oriunda de curso de graduação bem estruturado" (Universidade Federal do Pará, 1987, f.2).

O curso de graduação em Antropologia prevê oito semestres com cinco disciplinas em cada período, com um elenco de disciplinas obrigatórias assim constituído: Teoria Antropológica I e II, Introdução à Arqueologia, Antropologia Física I e II, Organização Social e Parentesco I e II, Antropologia da Religião I e II, Antropologia da Linguística, Antropologia Política I e II, Antropologia Econômica I e II, Métodos Quantitativos em Antropologia, Estudos Etnológicos I e II, Antropologia do Desenvolvimento I e II, Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia, Sociedades Camponesas, Antropologia da Educação, Política Indigenista no Brasil, Antropologia do Negro, Trabalhos Teóricos Clássicos, Tópicos Avançados em Antropologia e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso. Como disciplinas optativas teremos: Inglês Instrumental I e II, Sociologia, Antropologia Urba-

<sup>2</sup> Sobre a formação de futuros pesquisadores cf. BELTRÃO (1989), observando sobretudo o papel de antropólogos nesta tarefa.

na, Antropologia da Saúde, História, Filosofia, Etno-História e Colonização Portuguesa, Política, Processamento de Dados e Textos, Tópicos em Ecologia Humana, Tópicos Especiais em Antropologia, Antropologia da Violência, Etnicidade, Cultura Popular e Folclore, Cultura Material e Sistemas Religiosos da Amazônia.

Ao mesmo tempo realizamos pesquisa junto aos discentes sondando a possibilidade de criação de graduação em Antropologia. O projeto foi, também, enviado a vários Departamentos de Antropologia de Universidades Brasileiras. No momento, estamos processando o reexame do material junto ao GAA para dar continuidade ao processo de implantação de um curso a esse nível.

Estando a graduação sendo articulada desse modo e pensando em dar "(...) um passo à frente na busca da melhoria do quadro intelectual da região, quadro esse que possa voltar-se para o estudo das inúmeras questões próprias à Amazônia, embora não desligadas de um contexto mais geral" (ÁLVARO 1990, p.5), em 1986, enquanto elaborávamos o projeto/proposta anteriormente referido efetivamos o programa de Pós-Graduação a nível de especialização. Dentro deste programa, três turmas de especialistas já foram formadas. O I Curso de Especialização em Teoria Antropológica iniciou em maio de 1986 e encerrou em março de 1987; o II Curso foi executado de setembro de 1987 a julho de 1988; e o III Curso de março de 1989 a novembro de 1990 (Cf. Figura 1).

O I Curso foi implantado por sugestão dos docentes e pesquisadores de Antropologia da UFPA. A partir da experiência do I Curso, efetuamos um inventário entre os candidatos do II e III Cursos para detectar as razões que os levaram a buscar a especialização na área.

Os dados obtidos podem ser agrupados da seguinte maneira: 1. interesse na área antropológica e necessidade de complementar formação obtida na graduação; 2. trabalhar com pesquisa; 3. fascínio pela Antropologia enquanto "cultura de antepassados", "origem do homem", "conhecimento de outros povos", "estudar índios" etc; 4. obter conhecimentos teóricos como subsídio a uma futura seleção ao Mestrado fora do estado; 5. oportunidade de realizar Pós-Graduação na Região.

Esta consulta aos candidatos forneceu dados interessantes no sentido de confirmar hipóteses levantadas pelo GAA para a implantação da Pós-Graduação "stricto sensu".

Os itens 1, 2, e 3 mostram o reconhecimento das deficiências de uma graduação na área. O item 3 é muito interessante porque o candidato, mesmo não reconhecendo a deficiência da graduação, demonstra isso ao relacionar suas expectativas apontando a Antropologia como sendo a ciência do "mundo fascinante". Nosso entendimento é que os alunos que vêm para a Antropologia em busca de aventuras, acabam abandonando a área e/ou curso no momento em que começam a "(...) perceber a especificidade do trabalho antropológico e, por isso mesmo se desinteressar, pelo fato da Antropologia - ou sua percepção da mesma - se distanciar da forma como ele gostaria de abordar e refletir sobre uma série de questões" (ÁLVARO, 1990; p. 7).

A demanda aos cursos de especialização é alta (Cf. Figura 1) e foi ampliada significativamente no III Curso, enquanto 82 candidatos se submeteram à seleção.

O Curso, ao longo de sua realização, é sempre avaliado pelos docentes e discentes que, num compromisso mútuo, tentam corrigir possíveis falhas.

A repercussão local do curso tem sido favorável e pode ser conferida através de vários depoimentos de discentes, hoje especialistas. É caso de Ângela (ÁLVARO, 1990; p. 6) quando afirma que:

"O mérito do curso não está apenas no fato dele se constituir numa opção a mais, mas principalmente por se tratar de uma boa opção. É bem estruturado, oferecendo um leque de disciplinas básicas, ministradas através de programas exequíveis e de uma bibliografia que leva o aluno a travar contato com textos teóricos-clássicos e com aqueles que encerram discussões colocadas na atualidade. Tem possibilidades de fornecer aos alunos uma visão mais sólida e clara da forma como a Antropologia tem trabalhado seus temas de estudo e também das práticas que envolvem o ofício de antropólogo".

Referindo-se aos resultados positivos dos cursos não devemos perder de vista as inúmeras dificuldades. O apoio institucional financeiro tanto da UFPA como da Capes, é simbólico. É, praticamente, impossível ofertar o curso anualmente, uma vez que não se tem a garantia de financiamento de, pelo menos, uma verba mínima que o mantenha em funcionamento sem interrupções.

A nível de financiamento, o curso tem recebido para cada etapa o valor correspondente a, no máximo, duas passagens aéreas e diárias que permitem trazer, ao longo do curso, dois docentes por um período não superior a uma semana. Assim, o curso é mantido em funcionamento com os docentes da UFPA e alguns profissionais que convidados, têm atuado como palestrantes e/ou consultores.

A evasão (Cf. Figura 1) é grande e pode ser analisada sob vários aspectos. De início um número significativo de alunos aprovados deixa de efetuar matrícula ao constatarem que não receberão bolsas de estudo e, portanto, tendo que trabalhar, não con-

seguem acompanhar o ritmo exigido pelo curso. Outros vão desistindo do curso por motivos pessoais, como transferência e/ou viagem para outra cidade em função de atividade profissional ou, até mesmo, aqueles alunos que não conseguem liberação da instituição onde trabalham para frequentar o curso<sup>3</sup>. Tomando-se os discentes que, realmente, frequentam e participam do curso, tem-se obtido um índice de aprovação em torno de 50%. O GAA tem procurado detectar as razões deste índice de reprovação e a equipe que coordena o curso entende que as causas estão localizadas no curso de graduação destes alunos. Este argumento é sustentado por (ÁLVARO, 1990, p.8) quando afirma que:

"(...) também deve ser lembrado que, para quem sai de um curso de graduação da área de Ciências Humanas da UFPA, não é muito fácil acompanhar o ritmo de um programa de Pós-Graduação bem estruturado. Não porque as exigências sejam exorbitantes, mas pelo simples fato delas existirem num nível que implica seriedade e trabalho".<sup>4</sup>

Os especialistas formados nos três cursos são oriundos, basicamente, dos cursos de Ciências Sociais e História e dos demais cursos da Área de Ciências Humanas (Cf. Figura 2). O número de concluintes, embora pequeno, tem uma representatividade

<sup>3</sup> Embora, politicamente, a coordenação do curso, através da UFPA, tenha se empenhado no sentido de obter a liberação dos aprovados, não alcançamos êxito, sobretudo com profissionais que atuam na Fundação Nacional do Índio (Funai). A importância do trabalho do profissional em Antropologia ainda não está entendida e tão pouco compreendida pelos dirigentes de diversas instituições, apesar dos avanços que podemos observar nos últimos 5 anos.

<sup>4</sup> O trabalho de ÁLVARO (1990) foi escrito em função da sua condição de representante do curso, junto ao Colegiado de comum acordo com os colegas do II Curso de Especialização em Teoria Antropológica.

qualitativa de bom nível. Tomando-se os especialistas dos três cursos num total de 18 e acompanhando suas atividades após esse período, temos a seguinte situação: um mestre em Antropologia; duas mestrandas em fase de elaboração de dissertação; três estão trabalhando em pesquisa na Área de Ciências Sociais em instituições locais; cinco são técnicos atuando na área social; dois são professores universitários de Antropologia; três estão trabalhando como docentes de 2º grau e dois em empresas particulares. O engajamento destes especialistas em área específica ou afim com o curso é mais um dado que reafirma a contribuição do curso para a iniciação e formação de novos antropólogos<sup>5</sup>.

Ao término de cada curso, o projeto seguinte só é elaborado após uma exaustiva avaliação do curso anterior. Com base nestas avaliações é que tem sido sempre alterada a grade curricular (Cf. Figura 3), os critérios e o processo de seleção dos candidatos bem como os mecanismos de avaliação ao longo dos cursos.

Estes cursos contam com participação de docentes<sup>6</sup> do GAA que, na grande maioria, não possuem carga horária alocada ao curso pelo Departamento, não sendo remunerados por essa atividade que extrapola a carga horária semanal de trabalho, entretanto contribuem com o curso por acreditarem na proposta e por compromisso político, pela compreensão de que é preciso preparar e, preparar bem, antropólogos que possam atuar na Pan-Amazônia. Afora a questão

<sup>5</sup> Estes dados são mais completos que os apresentados na Figura 4. Na verdade, somente uma especialista trabalha em atividade que nada tem a ver com a Antropologia. Na Figura aparecem sete atuando fora da área, mas destes, seis utilizam os conhecimentos adquiridos no curso por atuarem como docentes ou técnicos em instituições da área social.

<sup>6</sup> Sobre qualificação de docentes Cf. Figura 4.

de contestar, com trabalho especializado, a campanha de "desmoralizar" a Universidade Pública Brasileira levada a cabo por políticos que não possuem o menor compromisso com a Educação brasileira e, sobretudo, com a Região Amazônica e só tem servido de campo de "experimentos", onde investir em Educação não é prioridade. Exatamente, por essa restrição os docentes são impedidos de receber as horas-extras trabalhadas em benefício da formação de melhores profissionais para a região?<sup>7</sup>

#### 4 POR QUE CRIAR MESTRADO EM ANTROPOLOGIA?

Considerando as peculiaridades regionais da Pan-Amazônia e a articulação existente entre as Universidades sediadas na região através da Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ), temos amplas possibilidades de reunir profissionais qualificados e estruturar Curso de Mestrado em Antropologia que atenda às demandas, oriundas de diversas áreas para a Antropologia.

Aliás, pretendemos - enquanto Grupo que exerce uma certa liderança na região<sup>8</sup> - manter o Curso de Especialização em Teoria Antropológica considerando que os recém-graduados necessitam:

- corrigir as lacunas da graduação onde as disciplinas antropológicas estão diluídas e não permitem a maturação de um profissional em Antropologia;

<sup>7</sup> Não pretendemos nos alongar nas discussões sindicais, pois temos foro pertinente para tal, entretanto a menção que fazemos é parte de nosso compromisso social enquanto antropólogos que têm consciência, inclusive, de direito trabalhista.

<sup>8</sup> Tanto pelo número de profissionais atuantes, como pela qualificação e produção científica que nos permite transitar e integrar, na Pan-Amazônia, como pelo trabalho desenvolvido até o momento.

- discutir, do ponto de vista antropológico, as questões relativas aos grandes projetos que tantos problemas provocam à população nativa: cabloca e/ou indígena;
- emitir pareceres antropológicos sobre questões indígenas, pois a todo momento as nações indígenas estão sendo ameaçadas, sobretudo pela construção de barragens e hidrelétricas<sup>9</sup>;
- apreender a diversidade cultural como possibilidade da coexistência de inúmeras identidades e tradições que precisam ser mantidas, apesar do processo de colonização ao qual estamos submetidos;
- preparar-se para o desenvolvimento de tarefas acadêmicas, dentro e fora das Universidades, investindo esforço na pesquisa, objetivando participar ativamente de projetos multidisciplinares e multinacionais como forma de resgatar o patrimônio da região;
- divulgar os conhecimentos antropológicos a nível de 1º e 2º grau numa tentativa de combater o racismo, o preconceito e de divulgar a existência e a afirmação de uma sociedade plural.

Evidentemente, a especialização atende a uma determinada clientela que é distinta daquela que demanda maior aprofundamento, na área da Antropologia, na tentativa de ampliar o quadro de profissionais atuando na Pan-Amazônia, para que possamos inclusive, reivindicar ampliação de mercado de trabalho para estes profissionais.

<sup>9</sup> Pareceres que são confundidos com laudos antropológicos, pois são emitidos pelos recém-graduados que trabalham na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e utilizados indevidamente pela agência.

Ao sediarmos um Curso de Mestrado em Antropologia tentaremos evitar tanto o deslocamento geográfico de quem busca aprofundar seus conhecimentos, como a evasão de profissionais da região, consolidando e abrindo maiores espaços para nossa presença de antropólogos na comunidade científica da Amazônia, onde possamos ter "vez e voz".

Estruturada nossa participação na comunidade científica, a definição de linhas de pesquisa e a consolidação de grupos de trabalho na Pan-Amazônia seria de grande importância para enfrentarmos os desafios que há quinhentos anos os colonizadores vêm impondo à região.

A implantação do Mestrado em Antropologia está sendo estudada, pois desejamos ampliar o leque de opções até então oferecido. Nesta região, precisamos tanto de antropólogos sociais como de arqueólogos e, sobretudo, de antropólogos biológicos, posto que há muito por fazer nas várias especialidades. Evidentemente, a questão posta não se restringe, unicamente, à qualificação docente, mas sobretudo à diversidade desta qualificação e à possibilidade de atrair profissionais dispostos e comprometidos com o audacioso projeto que mantemos, enquanto utopia, a qual alimenta o nosso dia-a-dia como forma de enfrentarmos os desafios que os amazônidas se impõem, não apenas na condição de antropólogos, mas como cidadãos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARO, Maria Angela Gemaque. Aventura e desventuras: o estudante que quer ser antropólogo. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Belém, n. 19, p. 1-11, jan/mar. 1990.

ALVES, Ana Rita Pereira. O ensino da Antropologia biológica na Amazônia: uma questão a ser repensada. In: BIOLOGIA e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectiva. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1984.

ALVES, Ana Rita Pereira & BELTRÃO, Jane Felipe. Como formar um (a) antropólogo (a)? Belém: 1986. Trab. apres. durante a 15ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Curitiba, mar. 1986. mimeo.

BELTRÃO, Jane Felipe. Como fazemos iniciação científica na UFPA?: relatório de uma experiência. Belém: 1989. mimeo.

CAMPOS, A.P.; MELO, C.N.; MATOS, M. do S.P. Fazer fazendo: uma etnografia da pesquisa documental. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Belém, n. 19, p. 13-27, jan./mar. 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História e Antropologia. Projeto do Curso de Graduação em Antropologia. Belém: 1987. mimeo.

Período do Curso	Candidatos Inscritos	Vagas oferecidas	Candidatos Selecionados	Candidatos Matriculados	Candidatos Evadidos*	Candidatos Reprovados	Concluintes
I Curso 1986/87	40	35	34	32	22	4	6
II Curso 1987/88	60	35	25	25	12	6	7
III Curso 1989/90	82	35	18	10	4	1	5

As razões da evasão dos cursos estão, exaustivamente, descritas no artigo, mas fundamentalmente prendem-se à inexistência de bolsas que garantam a frequência dos discentes em tempo integral dos cursos.

FIG. 1 – Cursos de especialização em Teoria Antropológica

PERÍODO DO CURSO	FORMAÇÃO ORIGINAL		PRÉVIA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA OU PROFISSIONAL NA ANTROPOLOGIA		DESTINO ACADÊMICO APÓS CONCLUSÃO DO CURSO			DESTINO PROFISSIONAL		PUBLICAÇÕES			
	Ciências Sociais	História	Outras	C/ experiência	S/ experiência	Mestres	Mestrandos(as)	S/ continuidade	Atuando em Antropologia	Fora da Área	Resumos em anais	Apresentação de trabalhos em Congressos	Trabalhos publicados em revistas nacionais
I Curso 1986/87	2	2	2	4	2	1	1	4	4	2	-	-	1
II Curso 1987/88	4	3	-	4	2	-	1	6	3	3	5	7	7
III Curso 1989/90	1	1	3	4	1	-	-	-	3	2	-	-	1

\* Relacionamos, unicamente, os discentes que obtiveram o título de Especialista em Antropologia

FIG 2 – Especialistas formados nos cursos em Teoria Antropológica



GRADE CURRICULAR		
I CURSO – 1986/87	II CURSO – 1987/88	III CURSO – 1989/90
1 Teoria Antropológica 2 Antropologia Física 3 arqueologia 4 Etnolinguística 5 Métodos e Técnicas de Pesquisa Antropológica 6 Antropologia das Sociedades Tribais 7 Antropologia das Sociedades Camponesas 8 Folclore 9 Antropologia Política 10 Antropologia da Educação	1 antropologia Política 2 Organização Social e Parentesco 3 Antropologia da Religião 4 antropologia Econômica 5 Antropologia de Sociedades Camponesas 6 Métodos e Técnicas de Pesquisa Antropológica 7 Arqueologia 8 Antropologia Urbana 9 Antropologia da Educação 10 Laboratório de Pesquisa	1 História da Antropologia 2 Teoria Antropológica 3 Antropologia Política 4 antropologia da Religião 5 Organização Social e Parentesco 6 Métodos e Técnicas de Pesquisa Antropológica 7 Arqueologia 8 Antropologia das Sociedades Tribais 9 Antropologia da Saúde 10 antropologia da Educação 11 Antropologia Física 12 Laboratório de Pesquisa

\* A grade curricular é flexível e a variação decorre da necessidade do Colegiado do Curso em adaptar as disciplinas aos interesses dos discentes participantes dos cursos.

FIG. 3 – Grade curricular dos cursos de especialização em Teoria Antropológica

Período do Curso	Especialistas	mestres	Doutores(as)	Total de Docentes*
I Curso – 1986/87	1	6	3	10
II Curso – 1987/88	1	6	1	8
III Curso – 1989/90	2	4	2	8

\* O quadro docente dos Cursos pertence à UFPA, exceto os docentes responsáveis pela Arqueologia e pelo Folclore. Durante os três cursos contamos apenas com três docentes de fora da UFPA.

FIG. 4 – Qualificação do corpo docente dos cursos de especialização em Teoria Antropológica